



MUNICÍPIO DE ALENQUER
Divisão de Contratação Pública
Unidade Técnica de Contratação Pública

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA EM DIVERSOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, POR
LOTES**

PROC. 17/2025_CMA

- CONCURSO PÚBLICO URGENTE –

(Nos termos do artigo 155.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado
pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, na sua atual redação)

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO



ÍNDICE

ARTIGO 1.º - IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO	3
ARTIGO 2.º- ENTIDADE ADJUDICANTE	3
ARTIGO 3.º - ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR	3
ARTIGO 4.º - FUNDAMENTO DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO	3
ARTIGO 5.º - DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA	4
ARTIGO 6.º - MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS	5
ARTIGO 7.º - PRAZO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS	6
ARTIGO 8.º - APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES	6
ARTIGO 9.º - PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS	6
ARTIGO 10.º - NEGOCIAÇÃO	6
ARTIGO 11.º - CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO	7
ARTIGO 12.º - CRITÉRIO DE DESEMPATE	7
ARTIGO 13.º - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	7
ARTIGO 14.º - PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	8
ARTIGO 15.º - PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO	8
ARTIGO 16.º - CONSULTA E OBTENÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO	8
ARTIGO 17.º - PEÇAS QUE CONSTITUEM O PROCEDIMENTO	9
ARTIGO 18.º - ASSUNÇÃO DE NOVOS COMPROMISSOS	9
ARTIGO 19.º - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	9
ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO	10
ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO	11
ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS PARA A PARTICIPAÇÃO EM PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA	12



ARTIGO 1.º - IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO

- 1- O presente **concurso público urgente** tem por objeto principal a celebração de um contrato para Aquisição de serviços de limpeza em diversos estabelecimentos de ensino, para os seguintes lotes:
 - a. **Lote 1** – Aquisição de serviços de limpeza nas instalações do Centro Escolar de Alenquer e do Centro Escolar do Carregado;
 - b. **Lote 2** – Aquisição de serviços de limpeza nas instalações da Escola Secundária Damião de Goes.
- 2- À presente prestação de serviços corresponde à categoria **90919300-5 serviço de limpeza**, conforme o **Regulamento (CE) n.º 213/2008** da Comissão de 28 de novembro de 2007 que altera o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV) e a **Diretiva** do Parlamento Europeu e do Conselho **2014/24/CE**, de 26 de fevereiro de 2014, que estabelece as regras aplicáveis aos procedimentos de contratação pública.

ARTIGO 2.º- ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é o Município de Alenquer, sito na Praça Luís de Camões, 2580-318 Alenquer, com o número de telefone 263 730 900 e endereço eletrónico geral@cm-alenquer.pt.

ARTIGO 3.º - ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar e a autorização da despesa foi tomada por despacho do Presidente da Câmara, de 14/02/2025, através da competência que lhe foi delegada, pela Câmara Municipal, na sua reunião ordinária de 14 de outubro de 2021, nos termos do n.º 1 do artigo 34.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, cuja publicação foi efetuada através do edital n.º 71/2021¹ e se encontra disponível para consulta no site oficial do Município de Alenquer, conjugada com os artigos 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e, com o n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, para autorizar a respetiva despesa, em vigor por força da alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e repristinado pela Resolução n.º 86/2011, de 11 de abril, exarado sobre os pedidos de cabimento efetuados através das Requisições internas n.ºs 92 e 93.

ARTIGO 4.º - FUNDAMENTO DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO

- 1- De acordo com o estabelecido no artigo 18.º do CCP, a escolha do procedimento deve ser feita tendo por base o valor do contrato a celebrar.

¹ www.alenquer.pt/upload_files/client_id_1/website_id_3/Municipio/Reunioes/Editais/2021/Edital_71.pdf



- 2- O tipo de procedimento a adotar é **o concurso público urgente** ao abrigo do artigo 155.º do CCP por se encontrarem reunidos os pressupostos nele previstos, designadamente:
- O valor do contrato a celebrar não excede os limiares previstos no artigo 474.º do CCP e,
 - O critério de adjudicação adotado ser na modalidade prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.

ARTIGO 5.º - DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

- A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
- A proposta deverá ser instruída, **por lotes**, e acompanhada dos seguintes documentos:
 - Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** do Código dos Contratos Públicos, e **anexo I do presente programa de procedimento**;
 - Declaração do concorrente de que não se encontra impedido de participar no procedimento**, nos termos do n.º 4 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo (DL n.º 4/2015, de 07 de janeiro, na sua redação atual), modelo **Anexo III** do presente programa de procedimento;
 - Lista de preços unitários por hora com oito recursos humanos incluídos (lote 1) e seis recursos humanos incluídos (lote 2)**, sem IVA, indicados até à segunda casa decimal, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, disponível na plataforma de compras públicas, em www.acingov.pt;
 - Cópia da certidão do registo comercial da sociedade ou código de acesso à "Certidão Permanente" da sociedade**, a qual corresponde à disponibilização em suporte eletrónico (artigo 14.º da Portaria 1416-A/2006, de 19 de dezembro), no caso de o concorrente ser uma pessoa coletiva, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, ou documento equivalente;
 - Caso as especificações técnicas propostas não correspondam às fixadas no caderno de encargos, o concorrente deverá apresentar documento que demonstre que as soluções apresentadas na sua proposta satisfazem, de modo equivalente, as exigências definidas por aquelas especificações;
 - Quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis na apresentação da sua proposta.
- Os documentos, mencionados no número anterior, devem ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, através de certificado de assinatura digital qualificada para o efeito.



- 4- Todos os documentos que integram a proposta são, obrigatoriamente, redigidos em língua portuguesa.
- 5- Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos estiverem redigidos em língua estrangeira, deverá o concorrente fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
- 6- No caso de agrupamento de concorrentes, cada uma das entidades que o compõe deve apresentar os documentos referidos nos pontos anteriores;
- 7- Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos da proposta devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

ARTIGO 6.º - MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 1- Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados diretamente na plataforma eletrónica de compras públicas utilizada pelo Município de Alenquer, no endereço www.acingov.pt.
- 2- Todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica, incluindo os documentos que constituem a proposta, devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos dos artigos 54.º, 64.º e 68.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.
- 3- Os certificados, a que se refere o número anterior, são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em: www.gns.gov.pt).
- 4- No caso do certificado de assinatura eletrónica qualificada não relacione diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, os Interessados devem proceder à junção de documento oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 54.º Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
- 5- A assinatura de pastas zipadas ou compactadas não equivale à assinatura dos documentos nelas contidos mantendo-se a exigência prevista no número anterior.
- 6- A proposta e os documentos que a acompanham serão preferencialmente enviados em formato PDF ou similar.
- 7- Todos os documentos que integram a proposta são, obrigatoriamente, redigidos em língua portuguesa.
- 8- Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos estiverem redigidos em língua estrangeira, deverá o concorrente fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
- 9- No caso de agrupamento de concorrentes, cada uma das entidades que o compõe deve apresentar os documentos referidos nos pontos anteriores;
- 10- Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos da proposta devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não



existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

ARTIGO 7.º - PRAZO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 1- Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados diretamente na plataforma eletrónica, **até às 23h 59m do 2.º (segundo) dia**, a contar da data do envio para publicação do anúncio no *Diário da República*.
- 2- As propostas e respetivos documentos consideram-se apresentados no momento da sua submissão.
- 3- De acordo com a Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, entende-se por submissão da proposta o momento em que se inicia a efetiva assinatura eletrónica da proposta.
- 4- Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas a concurso as propostas que tenham sido assinadas (com assinatura eletrónica qualificada) e recebidas dentro do prazo estipulado no n.º 1 do presente artigo.
- 5- Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os concorrentes que já as tenham apresentado podem, livremente, alterá-las ou retirá-las, bastando para tal proceder em conformidade com as instruções referidas nos manuais constantes da área de ajuda disponível na plataforma eletrónica.

ARTIGO 8.º - APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES

- 1- Não é admitida a apresentação de propostas variantes.
- 2- São variantes as propostas que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenham atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas nos termos expressamente admitidos pelo caderno de encargos.

ARTIGO 9.º - PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

- 3- Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de **10 dias** contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, não havendo lugar a qualquer prorrogação.

ARTIGO 10.º - NEGOCIAÇÃO

Não haverá lugar à negociação das propostas.



ARTIGO 11.º - CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

- 1- A adjudicação será feita, por lote, segundo o **critério da proposta economicamente mais vantajosa**, na modalidade **monofator**, determinada pela **avaliação do preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar**, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.
- 2- Para efeitos do número anterior, será considerada a proposta economicamente mais vantajosa aquela que apresentar o **preço unitário por hora mais baixo**.

ARTIGO 12.º - CRITÉRIO DE DESEMPATE

- 3- Em cumprimento do n.º 4 do artigo 74.º do CCP, no caso de ser verificado um empate entre as propostas apresentadas é definido como critério de desempate na avaliação das mesmas, a realização de um **sorteio** de entre as propostas melhor classificadas e relativamente às quais se verifica o empate.
- 4- Para efeitos do disposto no número anterior, o júri notifica os concorrentes que apresentaram as propostas submetidas ao sorteio, com uma antecedência mínima de 3 (três) dias, da data, da hora e do local da sua realização.
- 5- A cada concorrente é atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes.
- 6- Numa urna são introduzidos cartões com os números respetivos, procedendo-se seguidamente à sua extração.
- 7- A ordenação das propostas objeto do sorteio é efetuada de acordo com a ordem da extração efetuada.

ARTIGO 13.º - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 1- O adjudicatário deve apresentar os **seguintes documentos de habilitação**:
 - a. Declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º e elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo II, ambos do CCP;
 - b. Documentos comprovativos de que não se encontra em nenhuma das situações de impedimento previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º CCP, designadamente os seguintes documentos:
 - i. Registo Criminal do concorrente e dos titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência e se encontrem em efetividade de funções, ou código de acesso às mesmas;
 - ii. Certidão comprovativa em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;



- iii. **Certidão comprovativa em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português** ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal.
 - c. **Documento comprovativo do registo no Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE)**, em cumprimento da obrigação estatuída no artigo 5.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, ou, em alternativa, o respetivo código de acesso.
 - d. Identificação pessoal da(s) pessoa(s) que intervém(êm) no contrato;
 - e. Indicação do interlocutor na execução do contrato e respetivos contactos: e-mail e telefone.
- 2- Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa;
 - 3- O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto do n.º 1, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade destes, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 86.º do CCP.

ARTIGO 14.º - PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 1- O adjudicatário deve apresentar os documentos de habilitação no **prazo de 2 (dois) dias úteis**, contados da data da notificação da adjudicação, na plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pelo Município de Alenquer.
- 2- Sempre que se verifiquem irregularidades na apresentação dos documentos de habilitação que possam levar à caducidade da adjudicação, o adjudicatário será notificado para, no **prazo de 1 (um) dia útil** se pronunciar, por escrito, relativamente ao qual o facto ocorreu, nos termos do n.º 2 do artigo 86.º do CCP.
- 3- Em função das razões invocadas e caso tais irregularidades se verifiquem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, deverá o mesmo suprimir as irregularidades detetadas **no prazo de 1 (um) dia útil**, sob pena de caducidade da adjudicação, conforme disposto no n.º 3 do citado artigo 86.º do CCP.

ARTIGO 15.º - PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO

Não é exigida a prestação de caução de acordo com o estabelecido no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 16.º - CONSULTA E OBTENÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

- 1- As peças do procedimento encontram-se disponíveis para consulta dos interessados, desde o dia da publicação do anúncio do presente procedimento, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, na Unidade Técnica de Contratação Pública, sita no edifício dos Paços do Concelho, 2580–318 Alenquer.



- 2- As peças do concurso são disponibilizadas diretamente na plataforma eletrónica de compras públicas utilizada pelo Município de Alenquer, no endereço eletrónico www.acingov.pt.

ARTIGO 17.º - PEÇAS QUE CONSTITUEM O PROCEDIMENTO

Fazem parte integrante do presente procedimento as seguintes peças:

- a) O presente programa de procedimento;
- b) O caderno de encargos;

ARTIGO 18.º - ASSUNÇÃO DE NOVOS COMPROMISSOS

A adjudicação está dependente da verificação da conformidade legal da despesa, nos termos da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas e demais normas exigidas por lei.

ARTIGO 19.º - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o que não esteja previsto no presente programa de procedimento aplica-se o Código dos Contratos Públicos, publicado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.



ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 57º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do nº 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável).

- 1- ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
- 2- Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):
 - a)...
 - b)...
- 3- Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
- 4- Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- 5- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
- 6- Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do nº 1 do artigo 55.º do referido diploma legal.
- 7- O declarante tem, ainda, pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados, nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de



agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),...

[assinatura (4)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3). Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º.
- (4). Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

- 1- ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) ... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes] adjudicatário(a) no procedimento de ... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- 2- O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- 3- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], (data)

[Assinatura (5)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.



- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS PARA A PARTICIPAÇÃO EM PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

(Nos termos dos artigos 69.º a 76.º do Código do Procedimento Administrativo,
aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro)

..... (nome, número de documento de identificação, respetiva data de validade e morada), na qualidade de representante legal de (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), declara, sob compromisso de honra, e para todos os efeitos legais, **que relativamente à sua representada não se verificam quaisquer das situações de impedimento previstas nos n.ºs 1, 3 e 4 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA)**, que a impeçam de intervir em procedimento administrativo ou em ato ou contrato de direito público ou privado da Administração Pública, designadamente procedimentos de contratação pública promovidos pelo Município de Alenquer.

Mais declaro ter pleno conhecimento que a violação do disposto nos n.ºs 3 a 5 do artigo 69.º do citado diploma legal implica, a anulação dos atos ou contratos em que tenham intervindo titulares de órgãos ou agentes impedidos, sem prejuízo do dever de indemnização da Administração Pública e terceiros de boa-fé pelos danos resultantes da anulação do ato ou contrato, nos termos do art.º 76.º do CPA.

... (local), ... (data),

Assinatura